

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA PINACOTECA DO ESTADO

CNPJ nº 96.290.846/0001-82

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)			
ATIVO	2007	2006	PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL
Circulante			Circulante
Disponibilidades (Nota 4)	223	1.650	Fornecedores
Aplicações financeiras (Nota 5)	7.413	620	Impostos e contribuições a recolher (Nota 7)
Outros créditos	48	96	Salários e férias a pagar (Nota 8)
Bens para doação	-	79	Créditos de projetos a incorrer (Nota 9)
			Outras contas a pagar
	7.684	2.445	
Não circulante			Patrimônio social (Nota 10)
Permanente			Fundo de reserva
Imobilizado (Nota 6)	534	661	Fundo especial
			Superávit acumulado
Total do ativo	8.218	3.106	Total do passivo e patrimônio social

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)

	Superávit acumulado					
	Fundo de reserva	Fundo especial	Doações recebidas	Das atividades	Total	Total
Em 31 de dezembro de 2005 (não auditado)	-	-	-	385	385	385
Ajuste de exercícios anteriores (Nota 10(a))	-	-	216	-	216	216
Doação de bens do ativo imobilizado	-	-	69	-	69	69
Superávit do exercício	-	-	-	693	693	693
Apropriação do superávit - constituição do fundo de reserva decorrente do contrato de gestão (Nota 10(b))	390	-	-	(390)	(390)	-
Em 31 de dezembro de 2006	390	-	285	688	973	1.363
Superávit do exercício	-	-	-	309	309	309
Apropriação do superávit acumulado - constituição do fundo especial para eventos futuros (Nota 10(c))	-	596	-	(596)	(596)	-
Em 31 de dezembro de 2007	390	596	285	401	686	1.672

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Associação dos Amigos da Pinacoteca do Estado, também denominada Associação, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, regida por seu estatuto social de 9 de maio de 2005 e pelas leis que lhe são aplicáveis, em especial a Lei Complementar nº 846, de 4 de junho de 1998, e o Decreto Estadual nº 43.493, de 29 de setembro de 1998. A Associação tem objetivos de natureza cultural consubstanciados na colaboração técnica, material e financeira que garanta a preservação e a conservação do acervo artístico e a divulgação da Pinacoteca do Estado, como centro de referência de atividades e pesquisas de caráter cívico, educacional, artístico e cultural. Para cumprimento de seus objetivos, a Associação poderá, conforme definido pelo Conselho de Administração, realizar as seguintes atividades: (a) Promover campanhas de esclarecimento da comunidade sobre a importância artístico-cultural do acervo da Pinacoteca do Estado, mobilizando a opinião pública para garantir sua conservação e proteção, bem como para participar de suas atividades. (b) Realizar, patrocinar e promover em conjunto com a Pinacoteca do Estado, exposições, cursos, conferências, seminários, debates, congressos e encontros de diversas naturezas que garantam o acesso da população à cultura, educação e cidadania ou que propiciem o intercâmbio entre profissionais da arte, estudantes, entidades e Poder Público. (c) Promover o treinamento, capacitação profissional, formação continuada e especialização técnica de recursos humanos na área museológica e educativa, incentivando a formação artística e cultural. (d) Prestar serviços de apoio técnico através de acordos operacionais ou outra forma de ajuste, com instituições públicas e privadas, tanto nacionais quanto internacionais, no campo da pesquisa e implantação de projetos culturais voltados para os objetivos da Associação. (e) Atuar junto aos poderes constituídos em âmbito federal, estadual e municipal, visando aperfeiçoar ou propor normas legais pertinentes à área Artística-cultural. (f) Estabelecer ajustes com o Poder Público e iniciativa privada para aquisição de obras de arte e divulgação do patrimônio artístico cultural da Pinacoteca do Estado e da Associação. (g) Manter ou auxiliar na manutenção do acervo cultural decorrente de seus objetivos. (h) Firmar contratos, convênios, termos ou acordos com o Poder Público, em todos os níveis, ou com a iniciativa privada, para gestão e gerenciamento de equipamentos culturais e implantação e desenvolvimento de programas de governo na área da Educação e Cultura. (i) Gerir espaços para venda de produtos relacionados aos objetivos da Pinacoteca do Estado, bem como explorar café, bar ou restaurante e estacionamento, em área dentro ou fora de suas dependências, para atendimento dos frequentadores do museu e desde que os recursos gerados sejam utilizados nas atividades de suporte da Pinacoteca do Estado. A associação possui como principais fontes de manutenção de suas atividades o Contrato de Gestão junto a Secretaria de Estado da Cultura do Governo do Estado de São Paulo e os recursos provenientes dos projetos patrocinados pela Lei de incentivo à cultura.

2. CONTRATO DE GESTÃO: A Associação firmou em 22 de dezembro de 2005, com o Governo do Estado de São Paulo, Contrato de Gestão pelo período de três anos, a partir de 1º de janeiro de 2006. Durante o período do contrato, a Associação irá receber recursos financeiros destinados ao fomento e a operacionalização da gestão e execução, pela Associação, das atividades e serviços na área de museologia, na Pinacoteca do Estado de São Paulo. As obrigações e responsabilidades da Associação são as seguintes: (a) Executar os serviços descritos e caracterizados no Anexo ao Contrato de Gestão - Programa de Trabalho - Prestação de Serviços, cumprindo as metas a serem atingidas, nos prazos previstos. (b) Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe for permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos termos de permissão de uso, até sua restituição ao Poder Público. (c) Comunicar a Comissão de Avaliação constituída pela Secretaria de Estado da Cultura todas as aquisições de bens móveis que forem realizadas, no prazo de 30 dias após sua ocorrência. (d) Entregar ao Estado as doações e legados eventualmente recebidos em decorrência desse Contrato de Gestão, bem como os excedentes financeiros gerados ao longo de sua execução (todas as doações e legados assim como os bens adquiridos, que venham a integrar o acervo, deverão fazer parte do patrimônio do Estado). (e) Contratar, se necessário, pessoal para a execução das atividades previstas neste Contrato de Gestão, responsabilizando-se por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, observando os limites e critérios definidos no Anexo ao Contrato de Gestão - Sistema de Despesa com Pessoal. (f) Publicar na imprensa diária e no Diário Oficial, no prazo de 90 dias da assinatura do contrato, o regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará nas aquisições de bens e contratações de obras e serviços com recursos provenientes do Poder Público. (g) A remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados não excederão aos níveis de remuneração praticada na rede privada da cultura, baseando-se em indicadores específicos divulgados por entidades especializadas em pesquisa salarial existentes no mercado. (h) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para qualificação como organização social. (i) Manter, em perfeitas condições de uso, os equipamentos e instrumentais necessários para a realização dos serviços contratados. (j) Submeter à aprovação prévia da Secretaria de Estado da Cultura os projetos culturais que impliquem: (i) o uso de espaços internos dos bens imóveis, prédios ou empreendimentos para empreendimentos diversos; (ii) o empréstimo de bens móveis do patrimônio artístico, histórico e cultural a organizações nacionais ou internacionais para fins de exibição; (iii) a restauração de obras do acervo artístico, histórico e cultural. (l) Submeter trimestralmente relatórios parciais de acompanhamento das metas do Contrato de Gestão a Comissão de Avaliação constituída pela Secretaria do Estado da Cultura. (m) Contratar seguro multirisco para os bens do patrimônio histórico, artístico e cultural em modalidade específica, quando se tratar de projetos culturais que impliquem em empréstimo a organizações nacionais ou internacionais, para exibição em mostras, exposições e outros eventos. Entre as atividades descritas no programa de trabalho - Prestação de Serviços - do Contrato de Gestão, destacam-se: (i) Garantir as condições que permitam o mais amplo acesso público ao museu. (ii) Execução dos trabalhos de higienização das obras do acervo expostas, restauro e conservação das obras com necessidades eventuais de intervenção, manutenção dos sistemas expo gráficos, sistemas de segurança e detecção de incêndio, mobiliário e programação visual e substituição das obras solicitadas por outras exposições ou em processo de restauro. (iii) Exposições das mais variadas técnicas de

expressão e tendências, nas várias salas da Pinacoteca e da Estação Pinacoteca. (iv) Ação educativa: • Programa Educativo para Públicos Especiais - PEPE. • Programa de Inclusão Sócio-Cultural - PISC. • Capacitação de professores - Projeto Visita Escola Museu - VEM. • Visitas monitoradas. No caso de não-cumprimento, parcial ou total, das metas estabelecidas no Contrato de Gestão, a Associação será punida. O valor da multa que vier a ser aplicada será comunicado à Associação e o respectivo montante descontado dos pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto contratual. Pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão e seus aditamentos, inclusive o de 2008, a Associação recebe, no prazo e condições acordados, a importância global estimada em R\$ 23.600, que será paga da seguinte forma: R\$ 2.041 em 2005, R\$ 5.059 em 2006, R\$ 8.000 em 2007 e R\$ 8.500 em 2008. Os bens patrimoniais cedidos à administração da Associação a título de Permissão de Uso são os imóveis situados na Praça da Luz, nº 2 e no Largo General Osório, nº 66, além das obras de arte e biblioteca pertencentes ao acervo do museu. Para o ano de 2007, o contrato prevê que a Associação não poderá gastar mais do que 79,1% do seu orçamento com despesas na remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidos pelos seus dirigentes e empregados, assim como a remuneração da Diretoria Executiva não poderá ultrapassar o valor anual de 7,6% do orçamento total da Associação, sendo essas metas atendidas (54,24% e 4,18%, respectivamente). Os relatórios trimestrais foram preparados e encaminhados para a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico - UPPM da Secretaria de Estado da Cultura, aguardando a formalização conclusiva da sua análise, assim como será enviado no mês de março de 2008 o relatório das atividades anuais.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Associação em 24 de março de 2008. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Associação incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir: (a) **Caixa e bancos:** As disponibilidades compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, estando demonstradas ao custo. (b) **Aplicações financeiras:** Estão representadas por recursos financeiros aplicados em Fundos de Investimentos, demonstrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, estando apresentadas observando os prazos estimados de seu resgate. (c) **Demais ativos circulantes:** Estão demonstrados aos valores de custo ou de realização. (d) **Imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição ou doação, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 6, que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens. Quando o valor contábil de um ativo é maior que o valor recuperável estimado, ele é imediatamente reduzido ao valor recuperável. (e) **Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. (f) **Demais passivos circulantes:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos. (g) **Patrimônio social:** Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do *superávit* ou *déficit* apurado em cada exercício. Os bens recebidos em doação são contabilizados diretamente no patrimônio social, pelo valor informado pelos doadores nos correspondentes documentos. (h) **Auração do superávit:** Os recursos provenientes do Contrato de Gestão são contabilizados como receitas quando recebidos. Os recursos provenientes de patrocínios de lei de incentivos fiscais são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada nos projetos, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrente de sua aplicação. As despesas com projetos, assim como as demais despesas e receitas são contabilizadas observando o regime de competência de exercícios.

4. DISPONIBILIDADES

	2007	2006
Caixa	5	8
Bancos conta movimento		
Projetos	12	237
Contrato de gestão	-	811
Contrato de gestão (Fundo de reserva)	-	402
Recursos próprios	206	192
	223	1.650

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2007	2006
Contrato de gestão	745	-
Contrato de gestão (Fundo de reserva)	430	-
Projetos em andamento		
Plano anual 2006	5.312	148
Projeto Livro 100 anos	96	-
Projeto Calder	-	106
Projeto Sipan	-	366
Recursos próprios	830	-
	7.413	620

A composição das aplicações financeiras por banco e modalidade em 31 de dezembro de 2007, pode ser assim demonstrada:

	2007	2006
Banco e fundo de investimento		
Nossa Caixa Nosso Banco - VIP FIC	745	-
Bradesco - Fixa Marte (2006 - Fixa Vênus)	227	771
Bradesco - Hipervendo	5.755	251
Santander Banespa - Classic DI	686	-
	7.413	1.022

Demonstrações do Superávit		
Exercícios findos em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)		
	2007	2006
Receitas das atividades		
Recursos de órgão do governo - contrato de gestão (Nota 11)	8.000	7.100
Patrocínios de projetos (Nota 9)	4.277	3.573
Ingressos, publicações e loja	1.045	1.055
Patrocínios não incentivados	757	230
Convênios	55	627
Contribuições associativas	30	50
Doações	184	9
Finanças, líquidas	56	74
Reembolso de projetos	-	275
Outras receitas	244	133
	14.648	13.126

Despesas das atividades		
Com contrato de gestão (Nota 11)	(8.579)	(6.677)
Com projetos (Nota 9)	(4.277)	(4.636)
Gerais e administrativas	(1.158)	(1.102)
Com doações (Nota 12)	(255)	-
	(14.269)	(12.415)
Superávit operacional	379	711
Despesas não operacionais	(70)	(18)
Superávit do Exercício	309	693

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos Exercícios findos em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)		
	2007	2006

Origens dos recursos		
Das atividades sociais		
Superávit do exercício	309	693
Despesas que não afetam o capital circulante		
Depreciação	66	94
Valor residual do ativo imobilizado baixado	70	3
Valor de bens do ativo imobilizado doado - obras de arte	499	790
	-	216
Ajuste de exercícios anteriores	499	1.006
De terceiros		
Bens recebidos em doação	-	69
	499	1.075

Aplicações de recursos		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	63	202
Aumento do capital circulante	436	873
Variações no capital circulante		
Ativo circulante		
No fim do exercício	7.684	2.445
No início do exercício	(2.445)	(1.377)
	5.239	1.068
Passivo circulante		
No fim do exercício	6.546	1.743
No início do exercício	(1.743)	(1.548)
	4.803	195
Aumento no capital circulante	436	873

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As aplicações em fundos de investimento estão sujeitas a remuneração que variaram entre 0,47% e 1,01% ao mês.

6. IMOBILIZADO

	2007		2006		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação - %
Móveis e utensílios	288	(69)	219	249	10
Máquinas e equipamentos	283	(88)	195	16	10
Equipamentos de informática	132	(70)	62	55	20
Instalações	7	-	7	76	10
Acessórios e equipamentos	9	(7)	2	148	10
Direitos de uso de softwares	70	(25)	45	58	20
Equipamentos fotográficos	5	(2)	3	8	10
Obras de arte	1	-	1	51	
	795	(261)	534	661	

A movimentação do imobilizado pode ser assim demonstrada:

	2007	2006
No início do exercício	661	556
Aquisição de bens	63	133
Doações recebidas	-	69
Valor residual baixado	(70)	(3)
Doação a ser efetivada para o governo estadual	(54)	-
Depreciação	(66)	(94)
No final do exercício	534	661

A composição das aquisições realizadas e doações recebidas pode ser assim demonstrada:

	2007	2006
Máquinas e equipamentos	6	15
Instalações	28	-
Móveis e utensílios	25	42
Computadores e periféricos	4	95
Obras de arte	-	50
	63	202

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2007	2006
PIS e COFINS a recolher	20	15
IRRF a recolher	30	14
ICMS a recolher	70	-
ISS a recolher	4	6
INSS a recolher	98	23
FGTS a recolher	28	23
	250	81

8. SALÁRIOS E FÉRIAS A PAGAR

	2007	2006
Salários a pagar	177	161
Provisão para férias e encargos	388	251
	565	412

9. CRÉDITOS DE PROJETOS A INCORRER

	2007	2006
Projeto Plano Anual 2006	5.175	382
Projeto Livro 100 anos	14	-
Projeto Sipan	-	366
Projeto Calder	-	106
Manutenção Pinacoteca	-	190
Outros	-	3
	5.189	1.047

Estão representados por valores recebidos antecipadamente a título de patrocínio para execução dos projetos incentivados pelo PRONAC e aprovados pelo Ministério da Cultura, conforme determinação da Lei nº 8.313/91, que criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura. Os recursos aplicados estão apresentados como receitas das atividades na rubrica "Patrocínios de projetos", assim como os custos incorridos, pelo mesmo montante, estão apresentados em despesas das atividades na rubrica "Despesas com projetos". A movimentação dos principais projetos em 2007 pode ser assim demonstrada:

